

X Fórum Nacional das Transferências e Parcerias da União

Um universo de possibilidades para a gestão pública

REALIZAÇÃO



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



PATROCÍNIO-MASTER



PATROCÍNIO



Agência Brasileira de
Desenvolvimento Industrial



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

APOIO



CO-REALIZAÇÃO



Transferências Discrecionárias da União

Portaria Conjunta MGI/MF/CGU
nº 33, de 30 de agosto de 2023



Pleito Eleitoral



Governo Eleito

Peças de Planejamento Governamental



Ministério das Mulheres
Ministério do Esportes



Ministério da Saúde
Ministério da Justiça
Ministério do Turismo
Ministério da Cultura



Voluntárias

Para OSCs

Específicas

Convênios

Contrato de Repasse

Convênios*

Termo de Fomento

Termo de
Colaboração

Termos de Parceria

Termo de
Compromisso

Decreto nº 11.531, de 2023

PC MGI/MF/CGU
nº 33, de 2023

Convênio ou Contrato de Repasse

PC MGI/MF/CGU
nº 28, de 2024

Decreto nº
11.855, de 2023

PC MGI/MF/CGU
nº 32, de 2024

Termo de Compromisso

Lei nº
13.019, de 2014

Decreto nº
8.726, de 2016

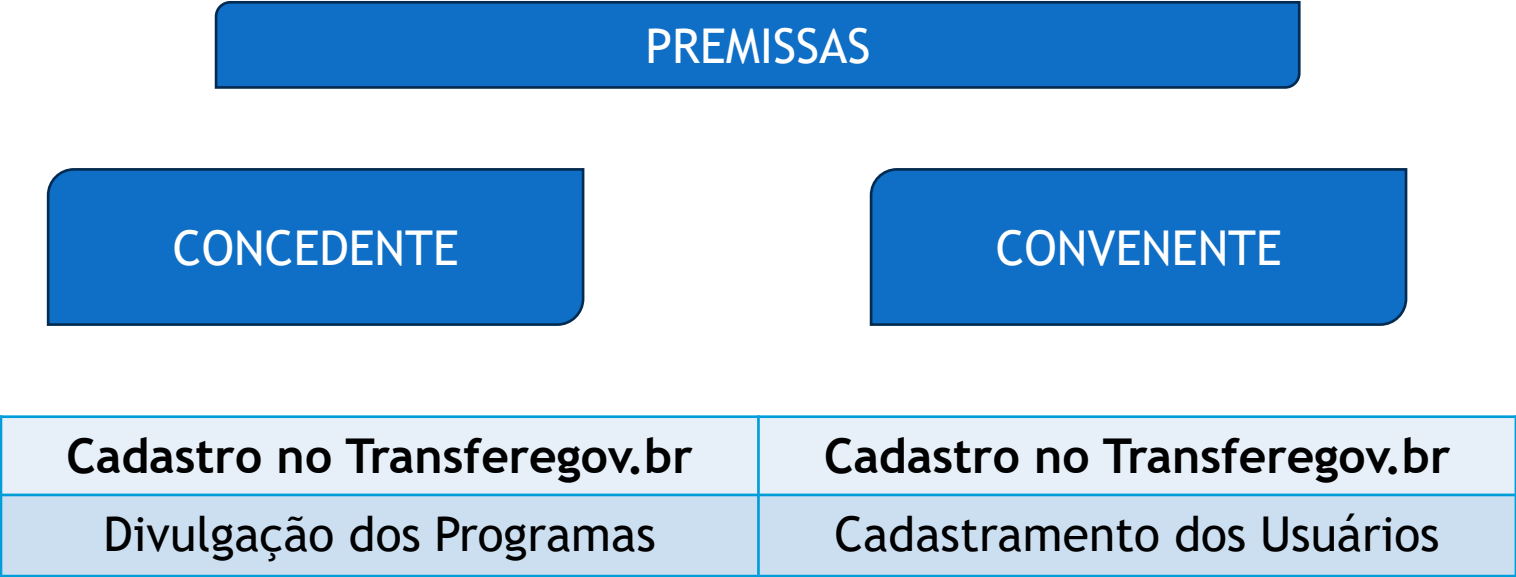
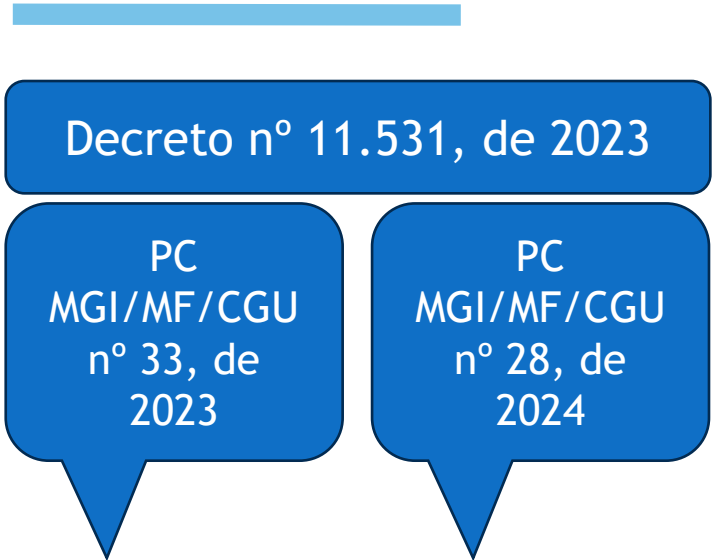
Termo de
Colaboração/Fomento

Lei nº
9.790, de 1999

Decreto nº
3.100, de 1999

Termo de Parceria

Convênio ou Contrato de Repasse



CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Atos Preparatórios

Programa
Vedações
Proposta
Plano de Trabalho
Peças Documentais
Requisitos
Empenho
Contrapartida
Cláusulas necessárias
Celebração
Publicação

Execução

Vedações
Licitação/Contratações
Verificação da Licitação
Depósito da Contrapartida
Liquidação do empenho
Liberação dos recursos
Movimentação dos recursos
Acompanhamento
Denúncia, Rescisão ou
Extinção

Prestação de Contas

Prazos
Envio
Análise
Resultado

Atos Preparatórios

Programas	Proposta de Trabalho	Plano de Trabalho
<u>Art. 11</u> - Cadastrar e Divulgar <u>Art. 13</u> - Das vedações	<u>Art. 18</u> - Descrição do objeto, justificativa, estimativa dos recursos e estimativa de prazo	<u>Art. 20</u> - Descrição do objeto, justificativa, metas e etapas, cronograma de execução física, cronograma de desembolso e plano de aplicação detalhado
<u>Art. 16</u> - Descrição, exigências, padrões, procedimentos, critérios de elegibilidade e de prioridade e outros elementos	<u>Art. 19</u> - Análise do concedente	<u>Art. 21</u> - Detalhamento das despesas Define algumas despesas não comportadas no âmbito do instrumento <u>Art. 22</u> - Traz de forma clara exemplos de despesas que podem ser suportadas nos instrumentos com OSCs
<u>Art. 17</u> - Disponibilização		<u>Art. 23</u> - Análise do Plano de Trabalho

Atos Preparatórios

Peças Documentais	Requisitos
<p><u>Art. 24</u>.....</p> <p>Obras - anteprojeto ou projeto básico, documento do imóvel, manifestação prévia do órgão ambiental e plano de sustentabilidade.</p> <p>Não obras - termo de referência, manifestação prévia do órgão ambiental e plano de sustentabilidade.</p> <p>Cláusula Suspensiva</p> <p>Prazo da Cláusula Suspensiva</p> <p>Obras de Grande vulto - Obrigatória a apresentação de anteprojeto ou projeto básico</p> <p><u>Art. 25</u> - Custeio das peças documentais com recursos do instrumento</p> <p><u>Art. 26</u> - Comprovação do exercício dos plenos poderes inerentes à propriedade do imóvel.</p>	<p><u>Art. 29</u> - precatórios, saúde, educação, FGTS, INSS,</p> <p><u>Verificação</u> no momento da assinatura e nos TAs de acréscimo de valores da União.</p> <p><u>Definição</u> dos requisitos em função do órgão conveniente</p> <p><u>Comprovação</u> por meio do <u>CAUC</u></p>

ATOS PREPARATÓRIOS

Empenho, Contrapartida e Condições para Celebração	Cláusulas Necessárias
<p>Art. 30 - Dotação. Empenhar o previsto para desembolso no exercício de celebração.</p> <p>Art. 32 - Contrapartida (entes federativos e OSCs)</p> <p>Art. 33 - Condições para celebração</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Cadastro atualizado no Transferegov.br✓ Plano de Trabalho Aprovado✓ Apresentação das peças documentais✓ Atendimento dos requisitos legais✓ Comprovação de dispon. de contrapartida✓ Empenho✓ Parecer Jurídico✓ Geração do Identificador único no Obrasgov.br	<p>Art. 35 - Cláusulas necessárias</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Objeto✓ Obrigações dos partícipes✓ Vigência✓ Valor Global✓ Obrigação de movimentação dos recursos em conta corrente específica✓ Ciência de não sujeição ao sigilo bancário✓ Obrigação de prorrogação de ofício✓ Obrigatoriedade de prestar contas✓ Obrigatoriedade de devolução dos recursos

ATOS PREPARATÓRIOS

Empenho, Contrapartida e Condições para Celebração	Cláusulas Necessárias
<p><u>Art. 30</u> - Dotação. Empenhar o previsto para desembolso no exercício de celebração.</p> <p><u>Art. 32</u> - Contrapartida (entes federativos e OSCs)</p> <p><u>Art. 33</u> - Condições para celebração</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Cadastro atualizado no Transferegov.br✓ Plano de Trabalho Aprovado✓ Apresentação das peças documentais✓ Atendimento dos requisitos legais✓ Comprovação de dispon. de contrapartida✓ Empenho✓ Parecer Jurídico✓ Geração do Identificador único no Obrasgov.br	<p><u>Art. 35</u> - Cláusulas necessárias</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Objeto✓ Obrigações dos partícipes✓ Vigência✓ Valor Global✓ Obrigação de movimentação dos recursos em conta corrente específica✓ Ciência de não sujeição ao sigilo bancário✓ Obrigação de prorrogação de ofício✓ Obrigatoriedade de prestar contas✓ Obrigatoriedade de devolução dos recursos

ATOS PREPARATÓRIOS

Celebração

Art. 37 - Análise dos setores técnicos

Art. 38 - Celebração e assinatura

- Convênio - Ministro ou Dirigente máximo
- Contrato de Repasse - Representantes da Mandatária da União

Art. 39 - A celebração deve ocorrer no exercício do empenho da primeira parcela ou parcela única

Art. 40 - Publicidade

EXECUÇÃO

Vedações, subconvenimento

Art. 44 - Vedações

- Realizar despesas antes do início da vigência ou posterior ao fim
- Se obras, iniciar a execução antes da emissão do AIO
- Alterar ou reformular o objeto, **exceto**:
 - i) para ampliação ou redução de metas e etapas; e
 - ii) alteração do local da execução

Art. 45 - Subconvenimento (não configure a descentralização total e tenha previsão expressa no plano de trabalho)

Contratações

Art. 50 - Órgão públicos (Lei nº 14.133, de 2021 ou 13.303, de 2016)

- ✓ Obrigatório a utilização do Portal de Compras (compras.gov.br), em sistemas próprios dos convenientes ou em outros sistemas disponíveis no mercado, desde que estejam **integrados ao Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e ao Transferegov.br**

Art. 52 - 60 dias para início do processo licitatório

Art. 53 - Quando obras, os editais somente deverão ser publicados após a emissão da LAI

Art. 54 - Ata de Registro de Preços, Licitação realizada antes da assinatura, e Contrato celebrado em data anterior ao início da vigência

Art. 58 - Contratação por entidades privadas sem fins lucrativos

EXECUÇÃO

VRPL

Art. 62 - Verificação da RPL em até 30 dias

- ✓ Contemporaneidade do certame
- ✓ os preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência previstos no convênio ou contrato de repasse
- ✓ o respectivo enquadramento do objeto, ajustado com o efetivamente licitado
- ✓ o fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do conveniente, ou da unidade executora, se houver, ou registro no Transferegov.br que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis.

Art. 63 - Regras a serem observadas quando o valor for inferior

Art. 64 - Regras a serem observadas quando o valor for superior

Contrapartida e Liquidação do empenho

Art. 66 - Depósito

Art. 67 - Liquidação do Empenho

Requisitos:

1ª Parcela ou Parcela única

- ✓ Resolução de eventuais condições suspensivas
- ✓ Conclusão da verificação técnica
- ✓ Comprovação do depósito de contrapartida
- ✓ Verificação da realização do processo licitatório

2ª Parcela e posteriores

- ✓ Atendimento das condições para liquidação da 1ª Parcela
- ✓ Execução de 70% das parcelas liberadas
- ✓ Execução do plano de trabalho conforme pactuado

§ 1º **Excepcionalmente**, desde que o objeto esteja em execução, o concedente ou a mandatária **poderá liquidar o empenho da segunda parcela ou posteriores, mesmo que a execução financeira das parcelas liberadas anteriormente não tenha atingido o percentual disposto na alínea "b" do inciso II.**

EXECUÇÃO

Liberação dos recursos

Art. 68 - Liberação dos recursos

Condições:

- ✓ Conclusão do processo licitatório ou da cotação prévia
- ✓ Verificação do processo licitatório ou da cotação prévia

Para os **instrumentos do Nível V**, a liberação deverá ser, preferencialmente, em parcela única;

Para **liberação da 2ª parcela e demais**, exigência de no mínimo 70% de execução das parcelas liberadas;

Nos **instrumentos dos Níveis I a IV**, no mínimo 3 parcelas, sendo que a primeira não poderá ser superior a 40% do valor global.

Inexecução financeira

Art. 68, § 7º - Inexecução por mais de 365 dias

- ✓ Bloquear a conta corrente pelo prazo de 180 dias
- ✓ suspender a liberação de recursos para novos instrumentos do conveniente **no âmbito do mesmo órgão ou entidade concedente**

Os prazos poderão ser suspensos se:

- ✓ Inexecução financeira for devida a atraso de liberação de parcelas;
- ✓ paralisação da execução por determinação judicial, por recomendação ou determinação de órgãos de controle ou em razão de caso fortuito ou força maior;
- ✓ For reconhecida situação de emergência ou calamidade pública na localidade de execução do objeto;
- ✓ inexecução financeira for decorrente de distrato do contrato licitado desde que:
 - a) o conveniente demonstre que não deu causa, ...; e
 - b) limitado ao tempo decorrido entre a emissão da OS e a publicação da rescisão do contrato.

EXECUÇÃO

Movimentação dos recursos e pagamento

Art. 75 - Os recursos serão depositados, geridos e mantidos em conta corrente específica

A aplicação dos recursos será feita automaticamente

Utilização dos Rendimentos

Art. 75, § 4º - É permitido a utilização dos rendimentos para:

- ✓ custear valores decorrentes de atualizações de preços, quando o valor global inicialmente pactuado se demonstrar insuficiente;
- ✓ ampliação de metas e etapas, desde que justificado pelo conveniente e autorizado pelo concedente ou mandatária da União;
- ✓

Art. 76 - Movimento por meio da funcionalidade Ordem de Pagamento de Parcerias, sendo necessário que o pagamento seja diretamente na conta de titularidade dos fornecedores ou prestadores de serviços

OPP ao Conveniente

a) questões operacionais, excetuando-se falhas de planejamento;
b) execução direta; ou
c) ressarcimento ao conveniente por pagamentos realizados às próprias custas, em valores além da contrapartida pactuada, decorrente de atrasos na liberação dos recursos, pelo concedente ou mandatária, **desde que tenha havido a emissão da Autorização de Início de Obra - AIO.**

- ✓ encargos patronais;
- ✓ boletos bancários; e
- ✓ outros tributos não vinculados a algum documento hábil no Transferegov.br.

EXECUÇÃO

Pagamento de obras

Art. 78 - Condições para o pagamento de despesas de obras

- ✓ inserção do boletim de medição, no Transferegov.br, pela empresa contratada pelo conveniente para execução do objeto;
- ✓ ateste do boletim de medição, no Transferegov.br, pelo fiscal do conveniente ou unidade executora; e
- ✓ vistorias in loco, realizadas pelo concedente ou mandatária, exclusivamente para os pagamentos correspondentes aos percentuais de execução verificados nas vistorias intermediárias e final in loco, observados os marcos de que trata o art. 86.

Acompanhamento

Art. 85 - acompanhamento e a conformidade financeira por meio dos documentos e informações inseridos no Transferegov.br, verificando:

- ✓ o cumprimento das metas e etapas do plano de trabalho, por meio da verificação da compatibilidade entre o pactuado e o efetivamente executado;
- ✓ a regularidade das informações registradas pelo conveniente ou unidade executora no Transferegov.br;
- ✓ as liberações de recursos da União e os aportes de contrapartida, conforme cronograma pactuado;
- ✓ os pagamentos realizados pelo conveniente ou unidade executora; e
- ✓ a boa e regular aplicação dos recursos e a validade dos atos praticados, respondendo, o conveniente e a unidade executora, pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento.

EXECUÇÃO

Acompanhamento	Acompanhamento
<p>Art. 86 - Programação de visitas in loco ou remotas:</p> <p>I - na execução de obras e serviços de engenharia, o concedente ou a mandatária deverá realizar:</p> <ul style="list-style-type: none">a) visita de campo preliminar; eb) vistoria final in loco. <p>II - deverão ainda ser realizadas as seguintes vistorias intermediárias:</p> <ul style="list-style-type: none">a) 2 (duas) vistorias in loco, nos instrumentos do Nível I;b) no mínimo 4 (quatro) vistorias in loco, nos instrumentos do Nível II;c) no mínimo 7 (sete) vistorias in loco, nos instrumentos do Nível III; ed) no mínimo 11 (onze) vistorias in loco, nos instrumentos do Nível IV; e <p>III - na execução dos objetos dos instrumentos de Nível V, o acompanhamento será realizado por meio dos documentos, fotos georreferenciadas e informações inseridos pelo conveniente ou unidade executora no Transferegov.br, e disponíveis nos aplicativos.</p>	<p>§ 4º As vistorias e visitas in loco poderão ser excepcionalizadas nos casos de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa e Câmaras Municipais na hipótese respectiva dos estados, Distrito Federal e municípios em que se localiza o objeto.</p> <p>§ 8º Para os instrumentos que contemplem intervenções dispersas em várias localidades, a visita de campo preliminar e as vistorias intermediárias podem ser realizadas por amostragem, conforme critérios estabelecidos pelo concedente, e complementadas pela disponibilização de fotos georreferenciadas em aplicativos e vistorias remotas.</p>

EXECUÇÃO

Denúncia, Rescisão ou Extinção

Art. 91 - O instrumento poderá ser:

- ✓ **denunciado** a qualquer tempo, por desistência de qualquer um dos partícipes, ficando responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente do acordo, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes;
- ✓ **rescindido**, em função das seguintes motivações:
 - a) inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
 - b) constatação de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; ou
 - c) verificação de circunstância que enseje a instauração de TCE; ou
- ✓ **extinto**, quando não tiver ocorrido repasse de recursos e houver descumprimento das condições suspensivas, nos prazos estabelecidos no instrumento.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Prestação de Contas

Art. 92 - A prestação de contas inicia-se concomitantemente à liberação da primeira parcela dos recursos financeiros.

Art. 94 - O dever de prestar contas é do conveniente e do sucessor.

Art. 95 - Obrigatoriedade de devolução dos saldos remanescentes.

Art. 96 - Prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação da prestação de contas, contados:

- ✓ do encerramento da vigência ou da conclusão do objeto;
- ✓ da denúncia; ou
- ✓ Da rescisão

Art. 97 - O prazo para análise da prestação de contas final será:

- ✓ **60 (sessenta) dias**, nos casos de procedimento informatizado, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado; ou
- ✓ **180 (cento e oitenta) dias**, nos casos de análise convencional, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado.

Art. 98 - Dos documentos

- ✓ documentos inseridos e informações registradas no Transferegov.br;
- ✓ Relatório de Cumprimento do Objeto;
- ✓ declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- ✓ recolhimento dos saldos remanescentes, quando houver;
- ✓ apresentação da licença ambiental de operação, ou sua solicitação ao órgão ambiental competente, quando necessário; e
- ✓ termo de compromisso por meio do qual o conveniente será obrigado a manter os documentos relacionados ao instrumento, nos termos do § 2º do art. 9º.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Resultado da análise da prestação de contas

Art. 103 - A análise convencional da prestação de contas final pelo concedente ou mandatária poderá resultar em:

I - aprovação;

II - **aprovação com ressalvas**, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal da qual não resulte dano ao erário; ou

III - **rejeição**.

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Motivos para instauração da TCE

Art. 105 - A TCE será instaurada por um dos seguintes fatos:

- ✓ a prestação de contas do instrumento **não for apresentada no prazo estipulado;**
- ✓ a prestação de contas do instrumento **não for aprovada, total ou parcialmente,** em decorrência de:
 - a) inexecução total ou parcial do objeto pactuado;
 - b) desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;
 - c) impugnação de despesas realizadas em desacordo com as disposições do termo celebrado ou desta Portaria Conjunta;
 - d) não utilização, total ou parcial, da contrapartida pactuada, na hipótese de não haver sido recolhida;
 - e) recursos do instrumento depositados e movimentados em conta bancária, com inobservância do prescrito no art. 75, **caput**;
 - f) não devolução de eventual saldo de recursos federais, apurado na execução do objeto; ou
 - g) ausência de documentos exigidos na prestação de contas, ou documentação com informações incompletas ou incongruentes, que comprometa o julgamento do cumprimento do objeto pactuado e da boa e regular aplicação dos recursos.

Obrigado

Cleber Fernando de Almeida
cleber.almeida@gestao.gov.br

X Fórum Nacional das Transferências e Parcerias da União

Um universo de possibilidades para a gestão pública

REALIZAÇÃO



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



PATROCÍNIO-MASTER



PATROCÍNIO



Agência Brasileira de
Desenvolvimento Industrial



APOIO



CO-REALIZAÇÃO

